

# POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

## Conselho de Ministros Extraordinário



assinala dois anos  
de Governo

(Centrais)

# Victor Cruz continua as visitas às freguesias da Região Autónoma

O líder do PSD e da “Coligação Açores” esteve reunido no fim do mês passado, com cerca de 300 lavradores terceirenses, num jantar em Angra do Heroísmo, durante o qual repudiou a “estratégia das falsas promessas” à agricultura açoriana, adoptada nos últimos anos pela governação socialista. Victor Cruz defendeu uma “política de verdade” para a agricultura, afirmando: “É preciso falar verdade aos agricultores. Se não há dinheiro, não prometam”, disse.

O candidato da coligação PSD/CDS-PP a presidente do próximo Governo Regional alertou para “os perigos da sedução pela mentira, facto que em pouco anos semeou o caos no seio da lavoura”, porque o governo de Carlos César “prometeu milhões e deu tostões”. Victor Cruz apelou à serenidade e pediu a colaboração de todos para a tarefa da reconstrução do sector “com muita esperança e diálogo sincero” – sublinhou – “para devolver o ânimo e o justo rendimento aos agricultores e às suas famílias”.

Quanto à questão do preço do leite, Victor Cruz defendeu que as dificuldades da indústria não devem ser superadas exclusivamente à custa dos lavradores mas através de instrumentos ou mecanismos concertados com o Governo Regional.

Victor Cruz assegurou que o governo da “Coligação Açores” vai desenvolver uma política agrícola “alicerçada na verdade, na celeridade de análise e despacho de processos, no apoio às organizações de agricultores e na extensão rural”.

“Neste último capítulo, prosseguiu, “queremos criar uma política de proximidade, possibilitando a presença dos técnicos no terreno, em vez de os ocupar com tarefas administrativas nos gabinetes”.

Da política para a nova agricultura açoriana consta ainda a abertura de um Gabinete da Região em Bruxelas “para que as situações possam ter acompanhamento eficaz e não termos de correr para lá em cima da hora, sempre que elas se compliquem, como foi o caso da quota leiteira”.

A propósito, o líder social-democrata sustentou que o aumento da quota de leite para os Açores é uma prioridade, porque “produzir mais e melhor é o caminho a seguir, apostando na excelência de produtos como, por exemplo, a carne, que há anos espera por isso”.

Neste encontro com cerca de três centenas de agricultores de diferentes localidades da Ilha Terceira, a organização viu-se obrigada a recusar inúmeros pedidos de entrada por manifesta falta de espaço no restaurante. Victor Cruz manifestou, por isso, a sua “total disponibilidade” para participar noutras iniciativas com outros participantes, porque “queremos é gente com ânimo”.



## Plenário de militantes nos Arrifes manifesta confiança a vitória eleitoral e no líder açoriano do PSD

No passado dia 30, o líder do PSD e da “Coligação Açores” esteve presente nos Arrifes, a uma reunião plenária de militantes social-democratas, tendo afirmado que as ilhas açorianas enfrentam “problemas de desemprego não qualificado e começam também a ter sérios problemas com os jovens recém-licenciados que não conseguem colocação no mercado do trabalho”.

Victor Cruz, que falava na que é a maior freguesia rural do concelho de Ponta Delgada, defendeu que “é preciso resolver estes e outros problemas com uma verdadeira estratégia de desenvolvimento, porque não podemos continuar a ser governados ao sabor das circunstâncias”.

O candidato da coligação PSD/CDS-PP a Presidente do Governo Regional considerou que “temos hoje a obrigação histórica de fazer mais e melhor por um verdadeiro desenvolvimento sustentado da Região Autónoma dos Açores, com reflexos evidentes na melhoria das condições de vida dos açorianos”. “Queremos ganhar para percorrer o nosso próprio caminho e não o caminho de quem está ou esteve nos governos regional e

nacional”, acrescentou Victor Cruz, para concluir que “o que nos motiva é o que falta fazer e não o que ficou para trás”.

Victor Cruz reafirmou a necessidade de uma “aposta determinada” na solidariedade social e nos sectores económicos. No primeiro caso, reafirmou o compromisso de aumentar as pensões de velhice e invalidez, “porque o PSD não seria verdadeiramente social-democrata se não olhasse primeiro para os que mais precisam e só depois para os outros”. Por outro lado, defendeu “uma política de verdade”, designadamente para a agricultura açoriana, “porque os nossos agricultores pioram significativamente os seus rendimentos e isso é que é a prova do falhanço da política agrícola de oito anos de governação socialista, ao contrário dos milhões anunciados pelo PS”.

Victor Cruz concluiu a sua intervenção assegurando que a “Coligação Açores”, como “alternativa segura” de governo, “oferece a certeza da estabilidade política que interessa aos açorianos, com a liderança clara do PSD, em vez das incertezas que se adivinham de um entendimento de socialistas e comunistas pela sobrevivência no poder”. O líder social-democrata aproveitou ainda para enaltecer o “bom exemplo” dos militantes do PSD nas autarquias de Ponta Delgada, “demonstrando que temos gente capaz para governar melhor os Açores”.



Notícias dos Açores (Conclusão)

# Repúdio da estratégia de promessas que não podem ser cumpridas

A presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Berta Cabral, que na sua qualidade de presidente da Assembleia Concelhia do PSD abriu a sessão plenária de militantes da freguesia dos Arrifes, com uma “mensagem de total confiança na capacidade de trabalho do Dr. Victor Cruz como próximo Presidente do Governo Regional”. A dirigente social-democrata manifestou-se “absolutamente convencida de uma vitória significativa da “Coligação Açores”, com base nos indicadores estimulantes de que o PSD dispõe”.

O novo Núcleo do PSD dos Arrifes, presidido pelo autarca José Maria Sousa, foi eleito no decorrer da reunião plenária de militantes da freguesia. O presidente da Comissão Política Concelhia de Ponta Delgada, Alberto Leça, explicou que a iniciativa se insere no âmbito do processo de renovação dos dirigentes locais do partido em todas as localidades do maior concelho da Região Autónoma dos Açores.

## Confraternização com os campeões regionais de São Miguel

Após a conquista, pelo “Capelense Sport Clube”, do título de campeão regional de S. Miguel, o Presidente do PSD/Açores deslocou-se na mesma noite à freguesia de Capelas para confraternizar com os dirigentes, jogadores e sócios, na sede social do novo campeão.

“A vitória do Capelense, a dois minutos do final do seu último jogo, é o exemplo de que nunca se deve desistir e a prova de que vale a pena lutar porque é sempre possível ganhar”. Foi com estas palavras, de paralelismo com as próximas eleições regionais, que Victor Cruz felicitou aquele Clube.

Sem esquecer uma “palavra de apreço” para com o Clube Desportivo de Rabo de Peixe, que não conseguiu alcançar os seus objectivos no jogo do passado domingo, Victor Cruz desejou as “maiores felicidades” ao Capelense Sport Clube para os seus novos desafios competitivos, que “serão mais difíceis mas também mais estimulantes”.

O candidato da coligação PSD/CDS-PP a Presidente do Governo dos Açores assegurou à direcção presidida por Robert Câmara que um próximo Executivo Regional de liderança social-democrata “vai apoiar o melhoramento das infra-estruturas” do Capelense Sport Clube, “satisfazendo assim as suas expectativas legítimas” face às novas responsabilidades de competição desportiva. Como campeão regional da Ilha de S. Miguel, o clube das Capelas assegurou o seu acesso directo à III Divisão/Série Açores na próxima época.

Nas palavras que dirigiu a dezenas de adeptos do Capelense presentes na sede social do clube nortenho, Victor Cruz aproveitou ainda para estabelecer outro paralelismo possível entre a competição desportiva e a actual fase de pré-campanha para as eleições legislativas regionais do próximo mês de Outubro. “No futebol, como na política, por um se ganha e por um se perde”, afirmou Victor Cruz, recordando o resultado final do último jogo do Capelense e o resultado eleitoral de eleições autárquicas realizadas na própria freguesia de Capelas.

## Convívio com idosos na Fajã de Cima

Victor Cruz, no seu périplo pelas ilhas açorianas,

esteve no passado dia 27, na freguesia da Fajã de Cima, em Ponta Delgada, tendo participado convívio com idosos daquela freguesia e renovado publicamente o compromisso de que “o aumento das pensões será uma das primeiras medidas a implementar” pelo futuro governo da coligação PSD/CDS-PP.

O líder social-democrata quer aumentar o complemento de pensão dos pensionistas açorianos para níveis “dignos e compatíveis com as suas necessidades”, considerando que “há idosos nos Açores que têm pensões de miséria que mal chegam para pagar os cuidados de saúde, especialmente os medicamentos”. Victor Cruz entende que “não podemos continuar com este estado de coisas”, pelo que “é preciso mudar de rumo”.

Um novo governo regional vai conferir “grande prioridade à melhoria das condições de vida dos idosos açorianos”, na sequência das sucessivas tentativas de aumento das pensões que o PSD tem vindo a desenvolver na Assembleia Legislativa



Regional dos Açores ao longo dos últimos anos. A medida beneficiará cerca de 13% da população açoriana que, segundo os últimos censos, se situa na faixa etária de 65 e mais anos.

O convívio promovido por Victor Cruz com meia centena de idosos da Fajã de Cima encerrou a visita do líder do PSD e da “Coligação Açores” a esta importante freguesia periférica da cidade de Ponta Delgada. O candidato tinha participado num almoço de trabalho com representantes das “forças vivas” da Fajã de Cima, visitou a Escola EB/JI Cecília Meireles e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira e deslocou-se ainda a diferentes indústrias locais, como a fábrica de confeccções “Insulana” e a pastelaria “Farias”.

## Em Lagoa, proposta de criação do estatuto do dirigente desportivo voluntário

O líder do PSD/Açores há dias na Lagoa, uma proposta de criação do estatuto do dirigente desportivo voluntário. Na sua visita ao Clube Operário Desportivo, Victor Cruz defendeu a necessidade de consagrar um conjunto de direitos aos dirigentes desportivos voluntários, “de modo a facilitar o trabalho por eles desenvolvido nos clubes e organizações associativas e a reconhecer

publicamente o apreço por esse serviço prestado em favor do desenvolvimento dos Açores”.

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional sublinhou o “papel fundamental do dirigente voluntário na prossecução da actividade desportiva, seja ela de recreação ou competitiva”, para justificar a proposta social-democrata de criação do estatuto do dirigente desportivo voluntário. Victor Cruz defendeu igualmente, no capítulo dos recursos humanos, uma “particular atenção à formação de quadros técnicos”, como juizes, especialistas em medicina desportiva e os próprios dirigentes desportivos.

Para o líder da coligação eleitoral PSD/CDS-PP, “uma política desportiva estruturada e consistente necessariamente dá primazia ao desporto escolar, através da valorização do tempo dedicado à actividade física no recinto escolar e da excelência das instalações dedicadas a esse fim”. Na sua opinião, “é fundamental que cada escola, no âmbito das actividades curriculares não lectivas, possa oferecer aos seus alunos um conjunto diversificado de actividades desportivas”.

Victor Cruz considerou que o desporto “assume cada vez mais importância na vida das sociedades modernas”. “Da recreação à competição, a actividade desportiva mobiliza gente de todas as faixas etárias, exigindo políticas transversais de incentivo à iniciação, de investimento na formação técnica, de apoio à edificação e equipamento de instalações e de comparticipação nos custos do desporto de alto rendimento”, acrescentou.

Nesta sua visita de felicitações ao Clube Operário Desportivo, que acaba de conquistar o título de campeão da Série Açores, Victor Cruz anunciou que quer “fazer dos Açores uma terra de campeões”, pretendendo “incutir nos açorianos a capacidade estratégica e o espírito vencedor” da equipa lagoense.

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional assegurou à direcção presidida por Gilberto Branquinho que um futuro Executivo de liderança social-democrata “manterá todos os apoios que têm sido concedidos aos clubes açorianos”. A coligação PSD/CDS-PP “vai apoiar o esforço de investimento que o Operário da Lagoa tem vindo a desenvolver”, garantiu.

Victor Cruz manifestou-se “muito satisfeito e orgulhoso” com os resultados obtidos pelo clube campeão da Série Açores, que poderá regressar à II Divisão B do Campeonato Nacional de Futebol, salientando que “qualquer vitória depende sempre de muito trabalho”. Mas fez questão de deixar ainda “uma palavra muito especial” para as equipas açorianas menos bem sucedidas nesta época, que “merecem também o nosso carinho e a nossa solidariedade”.

O líder social-democrata visitou as actuais e futuras instalações da sede social do Clube Operário Desportivo, acompanhado dos seus directores, e confraternizou com o plantel de jogadores dirigido pelo treinador Jorge Portela. O presidente da direcção, Gilberto Branquinho, aproveitou a oportunidade para se congratular publicamente com a visita de Victor Cruz, “já há muito combinada”, que constituiu “uma honra para o Operário”.

- Fonte: Gabinete de Imprensa do PSD/Açores

Ministro da Economia em Boticas

## Inaugurada a maior fábrica do Mundo de produção de redes de pesca

### ● Vai ser possível licenciar empresas em dois dias

O Ministro da Economia, Carlos Tavares, deslocou-se a Boticas para a inauguração da nova fábrica da empresa Euronete, provavelmente a maior produtora de redes de pesca do Mundo.

O programa da visita constou de uma recepção e sessão solene, no auditório municipal de Boticas, na qual usaram da palavra o Presidente do Conselho de Administração da Euronete, o Presidente da Câmara Municipal de Boticas e finalmente o Ministro da Economia.

Seguiu-se a visita e inauguração das instalações, que utilizam tecnologia de ponta e são o que de mais moderno e eficiente existe.

No seu improviso, o Ministro da Economia afirmou que até ao final do ano poderão ser criadas empresas em

exemplares do patronato com os trabalhadores.

#### Reestruturação do sector energético concluída com reorganização empresarial

O Ministro da Economia anunciou há dias que a reorganização do sector energético português, apresentada pelo Governo em Maio de 2003, acaba de ser concretizada, nos termos propostos aos accionistas das empresas envolvidas.

As operações que traduzem a reestruturação foram aprovadas por unanimidade pelos accionistas, reunidos em Assembleia Geral da GALP e dessa aprovação resultou a celebração de contratos, a 31 de Março.

Da reestruturação resultam as seguintes operações:

A GDP (sub-holding da Galp Energia para os negócios do gás) é adquirida, em partes iguais, pela EDP, REN e ENI.

A venda da participação que a ENI detém na GALP (33,34%) à Parpública, que as adquire transitória e instrumentalmente para a identificação de um novo accionista de referência para a GALP. O processo de identificação do novo accionista já foi iniciado por concurso limitado.

A aquisição, pela GALP, da posição da Iberdrola (4%), através da compra de acções próprias, comprometendo-se o accionista Estado a votar favoravelmente uma proposta

de aquisição das participações da GDP na Tagusgás e na Beiragás, pela Iberdrola.

#### A GALP será privatizada através da realização de um IPO, abrindo-se o capital ao público

Após a venda da GDP, e depois de aprovado o novo quadro regulatório das actividades gasistas, a rede de transporte de gás em alta pressão e outros activos regulados a



identificar serão transferidos para a REN. Nessa altura a REN deixará de ser accionista da GDP, que será detida a 51% pela EDP e a 49% pela ENI.

Encontrado um novo accionista de referência da GALP, proceder-se-á à privatização da GALP, através da realização de um IPO, abrindo-se o capital ao público.

Estas operações concretizam os objectivos do Governo publicamente assumidos na Resolução de Conselho de Ministros 68/2003. Tratava-se de uma profunda e complexa reorganização, envolvendo empresas maioritariamente privadas que aderiram ao modelo proposto.

Com o desfecho do processo de reorganização resolve-se também a questão do posicionamento da ENI no sector energético português e extingue-se a ameaça de um litígio desencadeado no quadro dos anteriores acordos.

Ao mesmo tempo, e num momento em que se constrói o Mercado Ibérico de Electricidade, a EDP afirma-se como uma empresa de referência e dimensão ibérica concentrando a exploração de electricidade e gás, com as sinergias que essa junção implica.

O País fica ainda dotado de uma empresa de redes de transporte de gás e electricidade, a REN

- Redes Energéticas Nacionais, de dimensão significativa que, através de uma operação de privatização, lhe permitirá uma forte presença no mercado de capitais.

A GALP recentra a sua actividade no seu negócio tradicional, o petróleo, e com uma nova base accionista estável preparar-se-á para a privatização e abertura do capital ao público, até ao final do primeiro trimestre de 2005.

- Fonte: Gab. Imprensa ME



apenas dois dias.

Carlos Tavares, referiu que esta empresa, a Euronete, «teve o licenciamento em apenas três dias, quando o processo demorava meses, e em muitos casos, anos».

«É muito mais importante poupar tempo à empresas e aos investidores do que, muitas vezes, dar subsídios»

A Euronete é uma empresa de sucesso e de excelência, quer pela sua dimensão, numa terra pequena como é Boticas, na qual constitui um valioso pólo económico e de desenvolvimento, quer pelas relações



Notícias da CPS de Braga

## Continua o ciclo de visitas às freguesias para estudo e conhecimento dos problemas

No Ciclo de Visitas às Freguesias do PSD, que está a ser levado a cabo pela CPS do nosso Partido em Braga, foi há dias e como noticiámos, incluídas as freguesias de Lomar, que na ocasião reportámos, e Ruilhe.

Se em Lomar é visível o dinamismo da Junta PSD actual, em RUILHE é patente o confronto entre a inação de hoje e os progressos do passado, sob a égide de alguém que, sem jamais assumir tais funções, revelou o comportamento de um autarca-modelo, pela visão estratégica e pela dinâmica ao serviço do bem-público: o Pe. David.

Ao longo de três décadas de prosperidade, Ruilhe registou inúmeros avanços, sendo dotada das únicas infra-estruturas que ainda hoje valorizam a Freguesia, ao nível de estradas, no campo social, da educação ou da habitação.

Nos anos mais recentes, a Freguesia estagnou e tem vindo a perder população, provocada pela falta de terrenos para construção e de factores de fixação dos naturais.

Não há boa acessibilidade, não há equipamentos desportivos, não há actividades lúdicas e as próprias agremiações têm vindo a perder expressão ou a extinguir-se.

Do pouco saneamento já existente, muito é escoado para o Rio Este, assumindo-se como um factor de poluição adicional.

Por todos estes motivos, salta à vista a falta de capacidade de reivindicação, a ausência de ideias ou projectos da actual Junta de Freguesia.

### Visita a Crespos e Morreira

Após a visita às freguesias de Crespos e Morreira, a CPS de Braga teve de concluir que, em Braga, periferia equivale a abandono!

Tal como já fora possível constatar em anteriores visitas à periferia do Concelho, a Comissão Política da Secção de Braga do PSD, elementos da Juventude Social-Democrata e



membros do Gabinete de Acompanhamento aos Autarcas das Freguesias (GAAP) puderam agora confirmar em Crespos e Morreira que as Freguesias mais periféricas, podem estar fisicamente distantes umas das outras, mas compartilham e assemelham-se na natureza e gravidade dos problemas que enfrentam.

Em Crespos e Morreira, avulta a falta de condições básicas, como sejam o saneamento (ainda uma miragem nestas Freguesias), a falta de habitação ao alcance dos naturais e a acessibilidade. A juntar a tais problemas, acrescem situações irregulares no domínio da gestão autárquica ou do funcionamento dos órgãos locais, democraticamente eleitos.

Em Crespos, os autarcas do PSD, liderados por Paulo Carvalho, vêm procedendo à denúncia de



diversas irregularidades cometidas pela Junta de Freguesia, cuja fundamentação inquestionável se tem deparado com os constantes obstáculos ao acesso à informação relevante por parte da própria Junta.

Caso a Junta de Freguesia permitisse, como a lei impõe, o livre acesso a projectos de obras, mapas de medições, acordos de cedências de terrenos, orçamentos e facturas das obras realizadas, tal vez se pudesse perceber a razão de tantas irregularidades, quer nas obras quer na gestão financeira.

Na Morreira, avolumam-se as irregularidades no funcionamento da Assembleia de Freguesia, com ilegalidades na aprovação do relatório e contas de gestão, incumprimento do estatuto do Direito de Oposição, ausência de apresentação de documentos fundamentais, ausência de documentos de suporte de deliberações, não-admissão nas Assembleias de um Período Antes da Ordem do Dia e é usual encerrarem-se os trabalhos antes do período de participação do público, vedando a réplica a tais intervenções aos autarcas do PSD. Para cúmulo, é frequente ser rejeitada a apresentação de Declarações de Voto pelos autarcas do PSD.

Nesta Freguesia, a falta de saneamento é um dos mais graves problemas. Com uma cobertura de apenas 10%, nem os autarcas socialistas acreditam que a Freguesia fique totalmente dotada desta infra-estrutura até final de 2005, como vem sendo prometido pelos responsáveis municipais.

No plano social, o Lar de Idosos e o Centro de Dia são uma promessa com mais de uma década, ainda por concretizar.

No domínio dos acessos, os habitantes da Morreira desistem pela (re)pavimentação da Estrada Municipal 584 que liga as nacionais Braga-

Guimarães à Braga-Famalicao bem como pelo imprescindível alargamento da estrada que liga a Av. Cabo da Vila à Rua dos Leitões (acesso a Brito), que se configura como uma movimentada via alternativa à EN 101 e para o que existe já o acordo de diversos moradores, para a necessária cedência de terrenos.

A população da Freguesia da Morreira estagnou, ao contrário de freguesias vizinhas, por força da inexistência de loteamentos a preços acessíveis,

algo tanto mais estranho quanto a Morreira dispõe de uma vasta área, tendo mesmo sido sugerido pelos autarcas do PSD o aproveitamento dos terrenos de baldio para este efeito, mediante próxima revisão do Plano Director Municipal. - Fonte: Gabinete Imprensa CPS/Braga

### Constituída a Grande Área Metropolitana do Minho

A Grande Área Metropolitana do Minho foi constituída terça-feira, no Governo Civil de Braga, por 12 dos 14 municípios do actual distrito de Braga. Integram a Área Metropolitana as Câmaras de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do

Minho, Famalicao, Vila Verde e Vizela.

De fora da Área Metropolitana do Minho, ficam Esposende e Celorico de Basto, que entenderam aderir, respectivamente, à Valimar - maioritariamente alto-minhota - e à Comunidade Urbana do Tâmega.

A cerimónia de assinatura da escritura pública conta com a presença do Secretário de Estado da Administração Local, José Relvas, do Governador Civil, José Araújo, e dos 12 autarcas envolvidos.

Entre os objectivos da Área do Minho, inscreve-se a articulação dos investimentos municipais de interesse supramunicipal e a coordenação da actuação entre os municípios e os serviços da administração central.

Actuará em áreas como a de infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento de água, saúde, educação, ambiente e conservação da natureza, segurança e protecção civil, acessibilidades e transportes, equipamentos de utilização colectiva, apoio ao turismo e cultura, planeamento e gestão estratégica, económica e social, entre outras.

São órgãos da nova estrutura administrativa a Assembleia Metropolitana, a Junta Metropolitana e o Conselho Metropolitanano, que funcionarão colegialmente, sendo, sem prejuízo do disposto quanto aos membros do conselho, "eleitos ou designados nos termos da lei", para mandatos de período igual ao dos órgãos das autarquias locais.

A Comissão Instaladora é constituída pelo presidente da Comissão de Coordenação Regional do Norte e pelos representantes das câmaras municipais, competindo-lhe a instalação dos órgãos e a realização da primeira reunião, "no prazo de 30 dias após a respectiva instituição". - Fonte: Lusa

Notícias da CPD do Porto

## Responsáveis do PSD do Porto apoiam autarca-modelo de Baião

A concelhia do PSD de Baião realizou um jantar de confraternização com o objectivo de apoiar a sua presidente, Emília Silva, a um novo mandato à frente da autarquia de Baião. Quem fez questão de comparecer a esta manifestação foram os deputados eleitos pelo círculo do Porto, o Presidente da Distrital do PSD/Porto, Marco António Costa e Hermínio Loureiro, secretário de Estado do Desporto e Juventude.

A responsável pelo nosso Partido em Baião, descreveu para o mais de meio milhar de militantes e simpatizantes presentes, as obras que já foram concretizadas ou estão em curso, as iniciativas de carácter cultural e social actuais e de projectos futuros em todas essas áreas. Marco António Costa louvou a coragem de Emília Silva, uma vez que sem perder a serenidade, tem mantido uma posição preponderante sobre a oposição do PS local e das suas tácticas de permanente intriga, difamação e arrogância.

O Presidente da Distrital afirmou, em apoio à autarca que «... conte com a Distrital, conte com os deputados eleitos pelo distrito do Porto, conte com o Governo, porque a senhora merece. Não só pela sua postura política mas, acima de tudo, pela sua postura como autarca, uma vez que conseguiu transformar Baião, numa terra bonita e agradável para se viver», observou o presidente da Distrital do PSD/Porto, recordando que no início do mandato de Emília Silva, Baião não tinha praticamente estradas, escolas, água e saneamento, entre outras infra-estruturas.

Hermínio Loureiro, por seu turno, incentivou Emília Silva a continuar à frente da Câmara de Baião porque «não é fácil encontrar-se um mulher com a determinação que possuiu a actual responsável da autarquia», e que no campo da Juventude o Desporto muito se tem dedicado, «e por isso merece todo o apoio do Governo para a ajudar a concretizar os seu objectivos em prol de uma população que estava farta de sofrer com a má gestão socialista»

- Fonte: Gabinete Imprensa CPD/Porto



Notícias da CPS de Ovar

## A Comissão Política local do PSD em visita de trabalho à PSP e GNR



**O grupo do PSD de Ovar, composto por Cecília Oliveira, António Noite, Manuel Carlos Catalão e Álvaro Santos, com o capitão Manuel Afonso, na visita à GNR local.**

Conhecer melhor o trabalho e as carências das forças de segurança do concelho de Ovar e saber as principais preocupações das autoridades em matéria de segurança no município: foram estes os objectivos da visita promovida pela Comissão Política local do PSD às sedes da Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR) de Ovar, em Março.

Liderado pelo Presidente da estrutura concelhia, Álvaro Santos, o

grupo acompanhou o comandante Benjamim Ribeiro numa visita às instalações da PSP, onde actualmente o comando opera uma autêntica revolução no sentido de conservar e dignificar o antigo edifício. Entre os agentes da PSP descobriram-se verdadeiros talentos para restaurar tectos, soalhos, pinturas, azulejos, e os resultados deste pequeno milagre começam a estar à vista de todos: a 'casa' da Polícia está hoje mais bonita e acolhedora, com quadros nas

paredes e gente sorridente para receber todos aqueles que a procuram.

Mas o empenho dos agentes não chega para disfarçar a enorme dificuldade com que a esquadra se debate dentro de portas: das velhas e precárias instalações até ao curto número de efectivos, passando pelo deficiente parque automóvel, o trabalho diário na PSP de Ovar requer uma boa dose de criatividade e coragem para fazer face às carências.

### Na GNR

Também na GNR, a 'motivação' é uma palavra sagrada entre os militares, habituados a conviver com as dificuldades e a retirar delas uma paixão ainda maior pelo ofício.

“Os pequenos milagres que nos acontecem no dia-a-dia, com os poucos recursos que temos, ainda nos deixam mais motivados para trabalhar”, confirma o capitão Manuel Afonso. Nos quartéis de Ovar e Esmoriz – os dois que existem no concelho – são as viaturas de serviço que provocam as maiores dores de cabeça aos militares, tal é a sua escassez e obsolescência.

Ouvinte atento dos dois líderes

das forças de segurança vareiras, Álvaro Santos deixou no final da visita um elogio público ao trabalho da PSP e da GNR, “não só por transmitirem à população local uma sensação de segurança, mas porque efectivamente garantem a segurança nas áreas que vigiam”. Satisfeito pelo facto de as duas autoridades ainda considerarem “relativamente seguro” o concelho de Ovar, o líder da Comissão política lembrou, mesmo assim, que a localização do município e os bons acessos de que dispõe podem arrastar para dentro do território algumas situações de perigo oriundas do exterior. “As nossas forças de segurança”, acrescentou Álvaro Santos em declarações à imprensa no fim da visita, “estão conscientes e têm provas dadas nesse aspecto, e contamos sempre com o seu profissionalismo para os casos mais complexos, apesar de trabalharem num quadro de carências muito acentuado”.

O líder social-democrata admitiu ainda que os dois encontros serviriam também para preparar memorandos no sentido de sensibilizar as autoridades públicas da administração central para a situação das forças de segurança em Ovar.

Apoio ao Imigrantes

# No Porto, o Ministro da Presidência inaugura o Centro Nacional de Apoio

Depois da inauguração, pelo Primeiro-Ministro, das instalações em Lisboa do novo Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, foi – como anunciado na altura – inaugurado a sua contrapartida no Porto, que assim completa a integração destes equipamentos sociais no Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, que é um organismo do Estado Português, dependente da Presidência do Conselho de Ministros e foi criado para dar uma resposta integrada às questões dos cidadãos imigrantes que se encontram em Portugal.

Com este Centro foi dado um grande passo em frente na integração da população imigrante residente em Portugal, com um atendimento de rosto humano, o respeito pelas diferenças, a competência e a eficácia.

As Instituições e Serviços que dão apoio ao Imigrantes, são o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; o ISSS - Instituto de Solidariedade e Segurança Social, a IGT - Inspeção Geral do Trabalho, o IEFP / UNIVA - Instituto do Emprego e Formação Profissional/Unidade de Inserção na Vida Activa, Saúde e Educação.

Conta com os serviços do Gabinete de Atendimento e Triagem, Gabinete de Apoio jurídico e Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar. Na cerimónia, a que estiveram presentes altas entidades do Estado e da Sociedade Civil falou em primeiro lugar o Alto-Comissário, Pe. Vaz Pinto e a encerrar, o Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento.

## O discurso do Ministro da Presidência

É um prazer para mim estar aqui hoje na inauguração deste Centro Nacional de Apoio ao Imigrante que, em conjunto com o de Lisboa, funcionará como coração do sistema que temos vindo a criar para o acolhimento dos imigrantes.

Dá-me uma especial satisfação estar aqui, na cidade do Porto, local escolhido desde a primeira hora como sede para o Alto Comissariado para a Imigração. É um sinal claro de que não temos do acolhimento e da integração dos imigrantes uma perspectiva centrada no Terreiro do Paço.

Nos últimos anos Portugal tornou-se um país de imigração e hoje em dia temos imigrantes espalhados por todo o território nacional. Para chegarmos a estas pessoas temos que

sair da capital, temos que vencer a inércia dos centros tradicionais da administração, temos que chegar onde os imigrantes estão e onde precisam realmente de apoio.

É essa a filosofia do sistema nacional de apoio ao imigrante. É essa a vontade do Governo. É essa, em suma, a motivação que nos traz hoje aqui.

A abertura destes dois centros representa um momento importante no trabalho que este Governo tem vindo a desenvolver no sentido de construir uma verdadeira política de imigração. Uma política que não existia e que criámos a partir do ponto zero. Uma política global e coerente, assente na necessidade de rigor nas entradas e na criação de uma estrutura de acolhimento e de integração efectivas.

Numa altura difícil para as finanças públicas, o Governo reforçou de forma significativa o orçamento destinado à integração dos imigrantes. Podia não o ter feito; podia ter apostado noutras áreas, em assuntos de maior popularidade ou que garantam mais simpatia entre a opinião pública.

Não é a nossa forma de estar na vida. Não é essa a nossa forma de estar na política. Apostámos na integração dos imigrantes porque é para nós uma questão de princípios e de valores; fizemos este investimento porque julgamos que ele é prioritário; promovemos iniciativas e criámos instrumentos de integração porque defendemos o direito à realização pessoal de cada indivíduo; acreditamos nos imigrantes porque temos a convicção de que eles darão o melhor de si mesmos a Portugal, tal como tantos milhares de portugueses têm dado o melhor de si mesmos em tantas partes do mundo onde têm ajudado a erguer cidades, a construir países, a desenvolver sociedades.

(Nuno Morais Sarmento fez, em seguida, um resumo das actividades na área da imigração e continuou)

A estas iniciativas junta-se, a partir de hoje, o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, do Porto. Tal como acontece com o centro de Lisboa, os imigrantes da zona norte do país poderão recorrer ao CNAI do Porto para tratar de assuntos relacionados



com o emprego e a formação profissional, questões de legalização, de educação, de saúde, de trabalho e de segurança social.

Poderão também encontrar aqui apoio jurídico, ajuda para dificuldades no reagrupamento familiar e ainda uma provedoria social. As associações de imigrantes contarão também com um gabinete de apoio, que lhes é dedicado. Tudo isto num único local, com uma resposta integrada e digna.

A inauguração deste centro encerra um primeiro ciclo do plano de acolhimento dos imigrantes, tal como está definido no programa de actividades do Alto Comissariado para a Imigração. Pretendia-se criar estruturas e mecanismos para fazer chegar aos imigrantes informação clara e acessível sobre direitos e deveres. Pretendia-se dar um rosto humano à administração pública. As bases desse trabalho ficam hoje e aqui lançadas.

Não nos damos, no entanto, por satisfeitos. Temos consciência do muito que há ainda por fazer. E acima de tudo, temos consciência de que os acontecimentos mundiais tornam o objectivo da integração essencial e mais urgente.

(E, mais adiante:) A história de Portugal é uma história de troca e de partilha. Económica, é certo, mas também social, cultural e mesmo biológica. Os portugueses nunca tiveram receio do desconhecido nem do diferente. Pelo contrário, o contacto com o outro foi sempre uma experiência que nos enriqueceu.

Por força da ameaça do terrorismo global, julgo que nunca, como hoje, essa vontade de conhecer o outro foi tão duramente posta à prova.

Por essa razão, o combate ao racismo e à xenofobia deve estar entre as nossas principais prioridades. Esse combate tem que ter como lema a valorização da diversidade e a tolerância face à diferença. Para esta tarefa prioritária que temos pela frente, contamos com os imigrantes.

Mas há outros objectivos que temos como prioritários: o conhecimento da língua portuguesa; a promoção do acesso ao trabalho em igualdade de circunstâncias; a igualdade entre homens e mulheres; e a integração das segundas gerações de imigrantes.

Por se dirigirem a populações diferenciadas, estes objectivos exigem a prossecução de políticas também diferenciadas. Temos consciência de que não poderá ser o Governo sozinho a actuar nestas áreas. Contamos, também aqui, com os imigrantes.

A integração é um processo de duplo sentido, que exige o envolvimento de todos. Não há, nesta tarefa, lugar para observadores. Todos nós somos agentes neste processo. Todos nós, portugueses e imigrantes, somos chamados a desempenhar um papel activo na construção de uma sociedade mais livre, mais forte e mais humana. É este o sentido último da integração que queremos. Para nós e para os imigrantes.

– Fonte: Portal do Governo

Interpelação no Parlamento

# O Governo reafirma e esclarece a sua posição sobre o Médio-Oriente

No princípio do mês, o Governo respondeu a uma interpelação da oposição (BE) sobre o tema geral de política externa, centrada especificamente sobre a questão do Iraque e na decisão de Portugal de apoiar a posição dos EUA e do Reino Unido.

Estiveram presentes, pelo Governo, o Primeiro-Ministro, no início do debate mas sem intervenção Durão Barroso, como é do protocolo parlamentar, o Ministro dos Assuntos Parlamentares e, para responder, a Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Foi um debate em que o Governo facilmente se impôs às questões mais retóricas e com nítidos fins de propaganda desinformativa, levantadas pela bancada interpelante, tendo a Ministra afirmado que Portugal está empenhado numa nova resolução das Nações Unidas, para enquadrar juridicamente a situação no Iraque, após a transferência de poderes, prevista para 30 de Junho próximo.

Teresa Gouveia, identificou como “inimigo” o terrorismo comandado ou inspirado pela Al-Qaeda e sublinhou a necessidade de consenso no combate ao terrorismo e na estabilização do Iraque.

“Fosse qual fosse a posição que cada um tomou o ano passado em relação à guerra, todos os aliados na NATO e os restantes membros da União Europeia, têm um interesse vital em que a recuperação do Iraque seja um sucesso”, disse a Ministra.

Sobre a questão de uma retirada da força da GNR presente no Iraque, Teresa Gouveia classificou-a de “desastrosa e irresponsável”, sublinhando que a presença da força portuguesa está “enquadrada num mandato das Nações Unidas”.

Considerando que o debate proposto foi “uma inutilidade política”, já que “a questão (da posição de Portugal em relação ao Iraque) já tinha sido debatida” no Parlamento, Teresa Gouveia reiterou que Portugal “participará com os aliados no combate ao terrorismo”.

A Ministra acusou o Bloco de Esquerda de “estar contra o projecto de estabilização” do Iraque e sublinhou que depois de um ano, “no Iraque há, pela primeira vez, liberdade de associação, expressão e informação”.

O PS assumiu uma posição de Estado, ao considerar “muito positivo que se venha a criar uma nova situação com a intervenção sob a égide das Nações Unidas”, admitindo, nesse caso, “uma participação portuguesa com meios policiais e até militares”.

Fonte e fotos, Lusa



## A intervenção da Ministra dos Negócios Estrangeiros

Os problemas globais de insegurança têm condicionado em larga medida a agenda internacional. Por isso a política externa portuguesa tem participado activamente, quer no plano europeu quer no quadro da relação transatlântica, nas iniciativas que se desenvolveram no âmbito da criação e manutenção de condições de segurança internacional.

Este debate é assim uma oportunidade para com clareza, enunciarmos as nossas posições quanto a uma questão que, sobretudo desde 11 de Setembro de 2001, se tem tornado no centro do debate político em todo o mundo.

Refiro-me, claro, à questão do terrorismo, que a partir sobretudo daquela data, de forma espectacular e absoluta, declarou guerra aberta aos valores da democracia, da liberdade e dos direitos do homem que perfilhamos e à segurança dos Estados e dos cidadãos onde quer que eles estejam.

Nesta casa, todos sem excepção, estamos e estaremos unidos na sua condenação, e no combate a este

flagelo nihilista e cobarde.

É essa a minha convicção.

Dito isto, partindo daqui, verdade é que nessa condenação e nesse combate fazemos análises distintas, escolhemos caminhos e até linguagens diferentes e é bom que as clarifiquemos entre nós e para os portugueses que nos ouvem e que representam.

Vamos então ao que nos separa:

E devo dizer que nos separam desde já do BE os seus pressupostos, ao ter suscitado uma interpelação ao governo sobre política externa, na sequência dos atentados do passado dia 11 em Madrid.

Equivaler a dizer, por outras palavras, que, para o Bloco de Esquerda, estes atentados vêm demonstrar o mal fundado das posições tomadas, que os atentados têm apenas um destinatário específico – os que participaram na coligação contra Saddam Hussein – e que o governo português devia rever as suas posições – eventualmente a exemplo do futuro governo espanhol.

Em nada concordamos com esta análise.

## Prevenir agressões no território nacional

Perante a ameaça do terrorismo fundamentalista islâmico, qual é o

interesse português? Qual é o caminho que defendemos? Desde logo prevenir agressões no território nacional e contribuir para o combate da comunidade internacional aos movimentos terroristas, até à sua completa derrota.

É um combate permanente contra inimigos que não descansam nem dão quartel.

Digo inimigos avisadamente. Quem destruiu as torres de Manhattan em Setembro de 2001, quem atacou as gares de Madrid há três semanas, quem assassinou em massa turistas alemães na Tunísia e australianos em Bali, cooperantes franceses em Karachi e funcionários consulares britânicos em Istambul, foram grupos terroristas da constelação de Al Qaeda. Uns receberam instruções dela, outros, só inspiração, mas a sua causa é a mesma.

Não tenhamos ilusões. O inimigo são eles, e também quem lhes dê doutrina e quem lhes dê dinheiro. É essencial nunca esquecer isto. Não pensar, como alguns na Europa parecem pensar, que o inimigo é os Estados Unidos e a administração Bush. Nem pensar, como nos Estados Unidos alguns parecem pensar, que os inimigos são os europeus ou, pelo menos, uma parte dos europeus.

O inimigo é o braço armado do fundamentalismo islâmico e o que os fundamentalistas islâmicos querem é enfraquecer o poder e o prestígio dos Estados Unidos e dos seus aliados em toda a parte, mas sobretudo no mundo muçulmano, afastar americanos de europeus, e impedir a modernização e a democratização dos países árabes.

Querem estabelecer, de Marrocos ao Afeganistão, regimes fundamentalistas onde a única educação seja corânica, a única lei a sua versão pura e dura da lei islâmica, com pena de morte, amputações e lapidação de adúlteras, onde as mulheres não tenham direitos, incluindo o direito à educação, e andem veladas da cabeça aos pés.

Não precisamos de tentar imaginar um país assim. Basta lembrarmo-nos do Afeganistão dos talibãs.

O combate colectivo contra este terrorismo tem dois objectivos paralelos:

Um, impedir novos ataques aos nossos países e punir os autores dos ataques que já foram feitos; outro, impedir que o mundo árabe e o Médio Oriente resvalam para caos incontroável, com consequências desastrosas para a Europa e para o mundo.

Por isso, fosse qual fosse a posição que cada um tomou o ano passado em relação à guerra, todos os aliados na OTAN e os restantes estados membros



Interpelação no Parlamento (Conclusão)

## A Ministra dos Negócios Estrangeiros desmascara uma “inutilidade política”

da União Europeia, têm um interesse vital em que a recuperação do Iraque seja um sucesso.

Esse sucesso é possível, apesar do terrorismo, da criminalidade comum, das dificuldades de construção de um sistema político decente, num pano de fundo de divisões étnicas e falta de tradições democráticas.

Na minha recente visita ao Iraque pude constatar isto mesmo, os aspectos transformadores da realidade iraquiana, impensáveis há apenas um ano atrás. Desde logo uma lei transitória da administração, conforme aos direitos humanos, que reconhece os direitos das mulheres e a liberdade de culto. Um Conselho do Governo que é a instituição mais representativa que o país já conheceu. Um calendário político definido para a adopção de uma constituição e para a eleição de um governo legítimo até ao final de 2005 e a garantia que o Iraque já não constitui uma ameaça para os países vizinhos.

Não aceito que se considere a instalação de democracia no Iraque um projecto absurdo e inviável. Ouvi vezes demais dizer o mesmo de Portugal, com idêntica convicção, no tempo de Salazar.

Sondagens de opinião recentes mostram que a maioria dos iraquianos acham que vivem melhor agora do que no tempo de Saddam Hussein. Acham também que um regime político democrático é possível e desejável no seu país. Querem que a administração da coligação se vá embora mas querem também uma presença militar estrangeira, até serem capazes de se ocuparem sozinhos da segurança interna. E querem ainda que o país permaneça um; que não se fragmente entre xiitas, sunitas e curdos.

### A presença das Nações Unidas facilitará a participação na reconstrução do Iraque

Senhores Deputados, o governo português é a favor de uma nova resolução das Nações Unidas que enquadre juridicamente o Iraque a seguir a 30 de Junho. A presença das Nações Unidas facilitará a participação na reconstrução do Iraque de outros países, até agora relutantes. Um Iraque estabilizado, próspero e democrático terá efeito muito benéfico na região.

De resto, desde o derrube de Saddam, têm vindo da região sinais animadores.

O coronel Khadafi, da Líbia, resolveu abrir o seu arsenal de armas de destruição massiva à inspecção internacional, para depois o mandar destruir. Esse arsenal era muito maior do que se julgava.

Sob pressão dos Estados Unidos e da União Europeia, e depois de visita conjunta a Teerão dos meus colegas alemão, britânico e francês, o Irão passou a cooperar com a AIEA. Exige ainda vigilância permanente mas parece seguir no caminho que mais interessa à comunidade internacional.

A Síria, pela primeira vez há muitos anos, libertou alguns presos políticos. Desenvolvimentos impensáveis há algum tempo atrás.

No Afeganistão perspectivam-se eleições legislativas e presidenciais, consolidando-se assim o processo de estabilização do país.

Há, pois, progressos que seriam

continuado no Processo de Paz no Médio Oriente. Envolvimento dos EUA, mas também da União Europeia, da Rússia e das Nações Unidas.

Senhores deputados, o ano decorrido desde o começo da guerra mostra que um Iraque seguro, próspero e governado democraticamente não só é possível mas já vem a caminho. Quanto melhor e mais bem coordenado for o apoio internacional mais depressa a tarefa será cumprida. O governo a que pertenço continuará a dar a sua ajuda ao processo, enquanto tal for necessário e na medida em que em cada momento for considerado possível.



impensáveis há um ano; mas há ainda muito por fazer, nomeadamente um avanço real na resolução pacífica da questão israelo-palestina.

Entende o Governo português que esta questão só conhecerá uma solução quando ambas as partes se empenharem decididamente num diálogo político. Não é com atentados terroristas ou com assassinatos que se conseguirá uma saída para a escalada de violência.

Mas a potência mais capaz de realmente levar as partes a entender-se, é os Estados Unidos. Temos regularmente transmitido a Washington a nossa preocupação nesta matéria, sublinhando a necessidade de um envolvimento consistente e

Devo sublinhar que não estou a falar de três ou seis meses. Alguns anos serão precisos antes da comunidade internacional se poder retirar.

Tal não nos deverá espantar.

No Kosovo, uma administração das Nações Unidas e uma força militar da OTAN estão instaladas desde 1999 e não poderão sair de lá tão cedo. A província continua a lugar perigoso. Assistimos com preocupação há poucos dias a um ressurgir violento das tensões étnicas entre sérvios e kosovares.

Tal como a guerra do Iraque, a guerra do Kosovo foi desencadeada sem um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Milosevic não desobedeceu durante 12 anos a 17 resoluções do Conselho

de Segurança das Nações Unidas, não utilizara armas químicas contra compatriotas e vizinhos, não desenvolvera nem tentara adquirir armas de destruição maciça.

Por outras palavras, Milosevic representava um perigo muito menor para o mundo e para os seus concidadãos do que Saddam Hussein.

Há um ano, os governos americano e inglês e os respectivos serviços de informações, os serviços de informações e os governos da Alemanha e da França, o Secretariado das Nações Unidas, estavam todos inteiramente convencidos de que Saddam dispunha de armas proibidas, prontas a serem utilizadas.

Estão neste momento a decorrer inquéritos nos Estados Unidos e no Reino Unido para apurar a fiabilidade das fontes de informação.

Recordo aqui também as decisões adoptadas no último Conselho Europeu. Desde logo o compromisso político da cláusula de solidariedade para com um Estado membro alvo de acções terroristas, a criação de um fundo de apoio às vítimas do terrorismo, o reforço da cooperação entre as bases de dados europeias e entre os sistemas de informações e, finalmente a criação de um cargo de coordenador da luta contra o terrorismo.

Portugal não enjeitará nenhuma responsabilidade nesse combate.

Os portugueses receberam do Presidente da República e do Primeiro-Ministro mensagens de constância e de serenidade. Recordo as palavras avisadas do Presidente da República: “estamos bem onde estamos, qualquer que tenha sido a posição de partida”.

Gostaria ainda de recordar o debate de há oito dias os pontos de vista expressos pelo Partido Socialista quanto ao tema do terrorismo e à criação de condições necessárias para assegurar a reconstrução do Iraque e a sua plena soberania política.

Estas posições vêm construindo, juntamente com o Governo, um amplo consenso nacional, o que naturalmente reforça a posição portuguesa na cena internacional.

Estamos seguros da nossa razão e fazemos parte de uma frente internacional, coesa e decidida. Qualquer transigência da nossa parte seria um erro grave e diminuiria o nosso crédito junto de parceiros, de um lado e de outro do Atlântico. Em vez de reforçar a nossa segurança, aumentaria a nossa vulnerabilidade.

A nossa linha de rumo é a que melhor serve os interesses de Portugal e dos portugueses.

— Fonte: Portal do Governo

# Conselho de Ministros

## Reunião extraordinária com Ministros e Secretários de Estado assinala dois anos de Governo

Com uma reunião do Conselho de Ministros no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, que decorreu ao longo do dia, com a participação dos Secretários de Estado na parte da tarde, o Governo assinalou no passado dia 6 o segundo aniversário da sua tomada de posse.

Nessa reunião extraordinária, o analisou o trabalho feito nos últimos dois anos, e determinou o que ainda falta fazer até ao final do seu mandato.

De acordo com a agenda de trabalhos, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, reuniu-se com os ministros durante toda a manhã e à hora de almoço, os secretários de Estado juntaram-se ao elenco ministerial para participar na discussão, que se prolongou pela tarde.

Ao longo do dia, os Ministros e Secretários de Estado fizeram o balanço do trabalho feito, região a região, e trocaram ideias programáticas sobre a actividade governativa para os próximos dois anos.

O actual Governo tomou posse a 6 de Abril de 2002, tendo sido nesse dia que se realizou o primeiro Conselho de Ministros presidido por Durão Barroso.

Na ocasião do intervalo do meio-dia, o Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, falou aos jornalistas que aguardavam o desenrolar do Conselho e ante a inevitável pergunta mudanças no elenco ministerial, considerou apenas que é necessário “remodelar atitudes”.

“A nossa preocupação, nestes dois anos, foi remodelar o país”, disse, concluindo: “...agora, devemos remodelar atitudes e olhar com confiança e optimismo para os próximos dois anos”.

Aos jornalistas, Morais Sarmiento considerou que a segunda fase do mandato do Governo será marcada pela aposta no investimento e na educação, sem abandonar o objectivo da consolidação orçamental.

“A segunda fase não pode, em alguns pontos essenciais, alterar o caminho que traçamos. A correcção dos desequilíbrios macroeconómicos não pode ser abandonada, devendo ser complementada com outras prioridades”, afirmou o ministro da Presidência.

Neste sentido, Nuno Morais Sarmiento enumerou os sectores em que o Governo deverá apostar até ao final do mandato, referindo a necessidade de se criarem condições para o aumento do investimento (privado, nacional e estrangeiro), o incremento das exportações, a defesa das marcas portuguesas e a atenção para os desequilíbrios sociais, além da aposta na educação e formação dos portugueses.

O Ministro da Presidência manifestou ainda a convicção de que em 2006 os portugueses “já sentirão os efeitos da retoma económica”, o que permitirá que a “fotografia do país seja diferente”.

“Importa também que o trabalho de reconstrução que fizemos permita que os resultados se façam sentir directamente no bolsos dos portugueses, através da diminuição dos impostos e do aumento real dos salários”, referiu ainda Morais Sarmiento, acrescentando que “até 2006” serão tomadas decisões ao nível da diminuição dos impostos (IRC e IRS).

“Foi esse o compromisso que assumimos”, recordou o ministro da Presidência, referindo-se a uma das promessas feitas pelo Governo, após a tomada de posse, exactamente dois anos



antes

Sobre a coligação que apoia o Governo, Nuno Morais Sarmiento elogiou o “trabalho feito em conjunto”.

“A coligação será, em cada momento, o resultado do percurso dos dois partidos”, concluiu o ministro da Presidência.

### O Primeiro-Ministro apresenta o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar

No final dos trabalhos do Conselho Extraordinário, que marcou os dois anos do actual Governo, o Primeiro-Ministro falou à comunicação social para anunciar que o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, destinado a reduzir, até 2010, a taxa de saída precoce das escolas, para menos de metade, vai avançar. «Queremos, até 2010, reduzir para menos de metade a taxa de abandono escolar na escolaridade de nove anos, que hoje se situa nos 2,7%», declarou Durão Barroso, acrescentando que a medida visa prevenir também as saídas precoces nos casos da escolaridade de 12 anos, cuja percentagem se cifra nos 44,8%.

Em conferência de imprensa – na qual estiveram presentes os Ministros e Secretários de Estado –, o Primeiro-Ministro disse que a aprovação deste diploma se justifica com a necessidade de prevenir e combater o abandono precoce das escolas, o qual impede os jovens de possuírem as qualificações necessárias para enfrentarem o mercado de trabalho. «Os jovens que abandonam o sistema de ensino não dispõem das competências profissionais mínimas que lhes proporcionem uma boa integração no mercado de trabalho. Ficam com um grave défice de formação. São candidatos ao trabalho precário, desqualificado e mal remunerado».

No âmbito do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, o Primeiro-Ministro enumerou os «instrumentos» para prevenir o abandono precoce da escolaridade, anunciando medidas como a criação do Tutor Escolar em todas as escolas públicas (para identificar e acompanhar as crianças e jovens em risco de abandono escolar), a criação do programa Pais na Escola, já a partir de 2005, de forma a garantir um maior envolvimento das famílias na vida escolar dos filhos.

No programa integram-se também a duplicação, até 2010, do número de vagas dos cursos profissionais e tecnológicos e a criação, até 2006, de uma rede de 15 a 20 escolas tecnológicas de referência, assentes em parcerias público-privadas, com “especial envolvimento” do sector empresarial, das escolas e dos centros de emprego e formação profissional. «É importante voltar a ter ensino técnico e profissional», afirmou Durão Barroso, recordando que «muitos grandes homens e mulheres do mundo moderno» foram formados nos cursos comerciais e industriais.



# Conselho de Ministros

Entre as medidas do Plano estão ainda o reforço dos recursos disponíveis para o Programa Desporto Escolar (destinado a fomentar um maior envolvimento nas práticas desportivas) e o desenvolvimento de uma campanha de sensibilização para o retorno à educação-formação dos jovens que abandonaram precocemente o ensino, bem como de uma campanha de valorização da escolaridade de 12 anos e de promoção do ensino profissionalizante.



## «O abandono precoce da escolaridade é um problema estrutural grave»

O Primeiro-Ministro referiu também que o abandono precoce da escolaridade «é um problema estrutural grave» em Portugal, citando estatísticas que demonstram que em cada 100 jovens que frequentam o ensino, apenas 45 concluem os 12 anos de escolaridade. «Cerca de 75 por cento dos desempregados registados não tem mais do que o 9º ano de escolaridade», acrescentou Durão Barroso, apontando que esta elevada taxa representa «um grande indicador» da discriminação e exclusão social existentes no país. «O défice de educação e formação é maior, mais grave e mais preocupante do que o défice orçamental», sublinhou Durão Barroso, acrescentando que o investimento neste sector representa uma «medida de justiça social».



O Primeiro-Ministro disse ainda que a necessidade de promoção do crescimento económico, embora importante, «mais não é do que um instrumento» para a construção de uma sociedade «mais solidária e mais justa» em termos regionais e sociais.

## «Atenuar assimetrias e desigualdades regionais» e mais 850 milhões de investimento público

Durão Barroso anunciou igualmente que o Governo vai reforçar em 855 milhões de euros o investimento em programas sectoriais e regionais, através do III Quadro Comunitário de Apoio, durante os próximos três

anos. «O Conselho de Ministros de hoje tomou uma decisão importante: a decisão de reforçar, no valor de 855 milhões de euros, o volume de investimento público que se concretiza através dos programas sectoriais e regionais financiados através do III Quadro Comunitário de Apoio».

O Primeiro-Ministro explicou que desse montante, 360 milhões de euros irão beneficiar directamente os projectos de carácter regional (maioritariamente, de iniciativa municipal ou intermunicipal) no Continente. Este reforço ao investimento público regional irá financiar

novos projectos, com prioridade para o saneamento básico, reordenamento das escolas do primeiro ciclo, requalificação urbana e acessibilidades.

Para além desta prioridade, Durão Barroso declarou que teve ainda a preocupação de garantir uma distribuição equilibrada dos recursos pelas várias regiões do país, de forma a «atenuar assimetrias e desigualdades regionais», pelo que, dos 855 milhões de euros que irão reforçar o volume de investimento público, 135 milhões de euros serão aplicados no Norte, 85 milhões no Centro, 72 milhões em Lisboa e Vale do Tejo, 55 milhões no Alentejo e 23 milhões no Algarve.

«Ao tomar esta decisão, o Governo reafirma o seu empenho no objectivo do desenvolvimento regional e a sua aposta, renovada e reforçada, num esforço de cooperação com as autarquias locais visando a satisfação de necessidades e anseios absolutamente indispensáveis», acrescentou o Primeiro-Ministro.

## «O PS revelou uma notável falta de respeito para com os portugueses»

Já a terminar e respondendo a algumas perguntas, Durão Barroso, acusou o PS de revelar uma «notável falta de respeito» para com os portugueses, numa referência ao pedido do secretário-geral socialista para que seja criada uma comissão de acompanhamento do défice orçamental.

«Essa proposta representa uma insinuação que revela uma notável falta de respeito pelos sacrifícios feitos pelos portugueses», declarou o chefe de Governo, quando questionado acerca da proposta de Ferro Rodrigues para que seja criada uma comissão independente para acompanhar as contas públicas.

O Primeiro-Ministro recordou que os resultados da execução orçamental «já são certificados por uma comissão independente», que é a Comissão Europeia.

«A Comissão Europeia já disse que estivemos abaixo dos três por cento, pelo segundo ano consecutivo», sublinhou Durão Barroso, acrescentando que esse resultado se deve «aos sacrifícios feitos pelos portugueses».

Durão Barroso manifestou novamente a esperança de que a Comissão Europeia levante o processo sancionatório contra Portugal, por incumprimento do limite do défice imposto aos países da zona euro.

Se assim for, acrescentou o primeiro-ministro, «será possível avançar com a convergência das pensões com o salário mínimo nacional».

Quando questionado sobre a forma como irá conciliar a justiça social com o controlo das contas públicas, Durão Barroso respondeu que tudo depende de uma questão de prioridades, sublinhando que, ao contrário de «outros Governos», a política deste executivo «não passa por obras sumptuosas».

Durão Barroso voltou a admitir que este Governo cometeu alguns erros durante os primeiros dois anos de governação, embora tenha sublinhado que «o executivo está certo» no que respeita à linha política que está a ser seguida.

– Fontes: Lusa e Portal do Governo. Fotos: Lusa, Inácio Rosa

# Dois anos de Acção Governativa

No final do Conselho de Ministros extraordinário do passado dia 6, o Governo enviou para o seu Portal na Internet, um resumo das principais medidas e reformas levadas a cabo nos dois anos de acção governativa.

Estes elementos são essenciais para aquilatar do muito que tem sido feito, muitas vezes em silêncio mas, como Durão Barroso costuma dizer, «...como sempre, em nome de Portugal!»

Transcrevemos, de seguida, esse documento:

## Ministério das Finanças

- Controlo do défice orçamental em 2,8%
- Elaboração do Orçamento Rectificativo para 2002, do Orçamento de Estado para 2003 e do Orçamento de Estado para 2004, com a redução da taxa de IRC de 30% para 25%

- Introdução do Capítulo da Estabilidade na Lei de Enquadramento Orçamental
- Elaboração dos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2003-2006 e 2004-2007
- Reforma da tributação do



- património, com a eliminação do Imposto sobre Sucessões e Doações
- Definição da reforma da Administração Pública
- Regulamentação das parcerias público-privadas
- Combate à fraude e à evasão fiscal



## Ministério dos Negócios Estrangeiros

- Participação na Conferência Intergovernamental, defendendo os princípios da igualdade entre Estados membros, do método comunitário, do

- equilíbrio entre as Instituições e da coesão
- Participação em acções de Manutenção de Paz em Timor-Leste, Kosovo, Bósnia-Herzegovina, ARJ da Macedónia, Croácia, RD do Congo, Iraque e no Mediterrâneo
- Intervenção na reconstrução do Iraque
- Resposta a crises humanitárias em Angola, no Afeganistão e no Iraque
- Criação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

- Adopção do Programa Orçamental de Cooperação Portuguesa no Estrangeiro
- Participação na constituição da Agência Portuguesa para o Investimento
- Desenvolvimento de novas políticas de apoio social para os portugueses mais carenciados e em situação de risco, no estrangeiro
- Facilitação da reaquisição da nacionalidade aos portugueses que a perderam por efeito da aquisição

- voluntária de nacionalidade estrangeira
- Presidência da OSCE
- Promoção da aprovação da Carta da OSCE sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo
- Proposta da criação, no quadro das Nações Unidas, da Comissão de Paz e Desenvolvimento
- Criação de um pólo de acompanhamento e apoio à colocação de funcionários portugueses nas Instituições europeias na REPER

## Ministério da Defesa Nacional

- Lançamento do Novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- Lançamento do Novo Conceito Estratégico Militar
- Impulsionamento da reforma da Justiça Militar
- A Lei de Programação Militar com a melhor taxa de execução de sempre, em termos de reequipamento militar
- Lançamento do concurso de Viaturas Blindadas de Rodas
- Lançamento do concurso de aquisição de Submarinos
- Início da construção dos Patrulhões nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
- Lançamento dos Navios de Combate à Poluição
- Elaboração do Plano de modernização dos F 16
- Promoção do Radar da Madeira
- Estudo do lançamento dos radares dos Açores
- Inversão do declínio financeiro das Forças Armadas
- Dignificação dos Antigos Combatentes, conclusão do seu recenseamento e certificação, criação



- do Fundo e alargamento do âmbito da aplicação da lei
- Criação das condições para a Profissionalização das Forças Armadas
- Elaboração do Plano de Fiscalização do acordo de Pescas
- Criação da Central de Compras da Defesa Nacional
- Programação do Sistema Integrado de Gestão
- Reestruturação das Indústrias de Defesa
- Recuperação da situação operacional e financeira da OGMA S.A. e preparação da sua internacionalização

## Ministério da Administração Interna

- Lançamento do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária e redução da sinistralidade rodoviária
- Criação do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
- Livro Branco dos Incêndios Florestais ocorridos no Verão de 2003
- Criação de macro estrutura de segurança para o Euro 2004
- Plano de Segurança do Euro 2004
- Preparação, treino e reequipamento das Forças de Segurança para o Euro 2004
- Lançamento do SIRESP - Sistema integrado das redes de emergência e segurança de Portugal
- Programa de meios de combate a fogos florestais
- Revisão do Código da Estrada
- Revisão do regime jurídico do uso e porte de arma (que remontava a 1949)
- Revisão do regime jurídico da Segurança Privada
- Atribuição da compensação em caso de morte ou invalidez permanente ("Seguro de Risco") aos elementos das forças de segurança





## Ministério da Justiça

1. Combate à morosidade da Justiça e melhoria do seu funcionamento

- Definição da Reforma da Acção Executiva.

- Definição da Reforma do contencioso administrativo. - Alargamento dos Julgados de Paz, passando a abranger mais de 1.500.000 portugueses

- Alargamento do regime da injunção aos atrasos no pagamento em transacções comerciais, independentemente do valor

- Apoio do funcionamento do ponto de contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

- Recrutamento e formação de magistrados

- Informatização dos tribunais e dos serviços dos registos e do notariado

- Renovação do parque judiciário e dos serviços dos registos e do notariado

- Reforço dos recursos humanos para as conservatórias

- Modernização da medicina legal e instalação de novos gabinetes médico-legais

2. Garantia do acesso à Justiça

- Criação do novo regime de acesso ao direito,

- Apoio na criação do Instituto de Acesso ao Direito. - Criação do novo regime da adopção de crianças

- Constituição da Comissão de Acompanhamento da Execução da Lei da Adopção

- Elaboração da Proposta de Lei da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado

- Regulamentação da Lei da Liberdade Religiosa.

- Criação do Registo Nacional de Identificação Civil

- Desenvolvimento do projecto de criação do Documento Único Automóvel

- Criação do Espaço Justiça e da Linha Justiça

3. Combate à criminalidade

- Definição da revisão da lei penal e processual penal

- Alteração da Lei Orgânica da Polícia Judiciária e da Lei da Organização da investigação Criminal

- Criação da Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária.

- Criação do regime jurídico do Mandado de Detenção Europeu

- Aprovação da Lei do combate ao terrorismo

- Adaptação do direito interno: Unidade Europeia de Cooperação Judiciária - EUROJUST

- Regulamentação da Lei de Protecção de Testemunhas e criação da Comissão de Programas Especiais de Segurança

- Desbloqueio de 100 vagas para inspectores da Polícia Judiciária

- Desbloqueio de 10 vagas para peritos contabilísticos/financeiros e abertura do concurso para 300 novos inspectores estagiários

- Adjudicação da empreitada de concepção-construção da nova sede da Polícia Judiciária em Caxias

4. Reforma do Sistema Prisional e de Reinserção Social

- Apresentação do Relatório Final da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional (CEDERSP)

- Aprovação do Anteprojecto de Lei-Quadro da Reforma do Sistema Prisional

- Descongelamento de vagas no quadro dos serviços prisionais para 600 guardas prisionais

- Implementação e alargamento do Sistema de Vigilância Electrónica

- Alargamento do âmbito geográfico do Programa Experimental de Vigilância Electrónica

5. Agilização dos processos na área económica

- Criação do novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e demais legislação complementar já aprovada

- Criação das sociedades de administradores de insolvência

- Criação do estatuto do administrador de insolvência

- Privatização do Notariado

- Desenvolvimento do Novo Estatuto do Notariado, que procede à privatização da actividade notarial

- Desenvolvimento do Estatuto da Ordem dos Notários, que cria a ordem profissional da nova classe dos notários privados

- Criação do novo regime jurídico do comércio electrónico

- Criação do novo regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura electrónica

## Ministro da Presidência

- Reestruturação e recuperação financeira da RDP, RTP e Lusa

- Reforço da Autonomia Regional através da criação de mecanismos de coordenação e de acompanhamento permanente das matérias das Regiões Autónomas

- Criação do Alto Comissariado

para a Imigração e Minorias Étnicas

- Apresentação das 'Novas Opções do Audiovisual' e reestruturação da RTP / RDP

- Levantamento exaustivo da situação da Imprensa Regional e Rádios Locais

- Criação do Plano Nacional

contra a Violência Doméstica

- Definição do Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006

- Regulamentação da Lei da Imigração

- Proposta de Lei da Televisão

- Revisão da Lei da Rádio



## Ministro dos Assuntos Parlamentares

- Apresentação de 120 Propostas de Lei ao Parlamento, sendo que 43 corporizaram claramente reformas estruturais

- Os membros do Governo participaram em 195 debates no Plenário da Assembleia da República

- 273 membros do Governo participaram em reuniões de Comissões Parlamentares



# Dois anos de Acção Governativa

## Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro



Sociedade da Informação e Governo Electrónico

- Criação da Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento (UMIC)
- Definição do Plano de Acção para a Sociedade de Informação
- Definição do Plano de Acção para o Governo Electrónico
- Promoção da Iniciativa Nacional para a Banda Larga
- Impulsionamento do Programa Nacional de Compras Electrónicas
- Lançamento do Portal do Cidadão
- Lançamento do Portal do Governo
- Criação dos Campus Virtuais
- Fundação da Biblioteca Científica Online
- 500 Novos Pontos de Acesso à Internet em Banda Larga Consumidor

- Aprovação de um prazo mínimo de dois anos para as garantias de bens de consumo
- Criação da Ficha Técnica da Habitação Juventude
- Criação do Portal temático para os jovens ([www.juventude.gov.pt](http://www.juventude.gov.pt));
- Alargamento do acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação
- Revitalização do Cartão Jovem
- Criação do Cartão 30 com ofertas ao nível das viagens e turismo
- Desporto
- Fundação do Instituto do Desporto de Portugal
- Aprovação da Proposta de Lei de Bases do Desporto
- Aprovação da Proposta de Lei relativa à violência associada ao desporto
- Regulação das Condições Técnicas e de Segurança a observar

na concepção, instalação e manutenção de balizas existentes em instalações desportivas de uso público

- Criação do programa “Mexa-se”, para a promoção da prática desportiva desde a população infanto-juvenil à população sénior
- Reforço do apoio ao projecto olímpico e paraolímpico “Atenas 2004”, através do projecto “Esperanças Olímpicas”
- Apoio dos programas de preparação desportiva e participação competitiva dos praticantes em regime de alta competição e das seleções nacionais
- Melhoria das condições de treino e alojamento no Centro de Alto Rendimento no Complexo Desportivo do Jamor
- Constituição da Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu da Educação pelo Desporto 2004

## Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

- Constituição das Áreas Metropolitanas
- Constituição das Comunidades Intermunicipais de Direito Público em reforço do associativismo autárquico
- Criação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- Relançamento do Fundo Remanescente para a Reconstrução do Chiado
- Promoção da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
- Aprovação da Lei-Quadro da Água
- Criação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e saneamento
- Apresentação da Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis

Destinados aos Aterros

- Apresentação da Estratégia Nacional para a Gestão dos Resíduos Industriais Perigosos
- Lançamento do concurso para a atribuição de licenças para a exploração dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER)
- Apresentação do Bloco Adicional de Medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas
- Apresentação do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE)
- Aprovação da Candidatura do Plano Nacional de Prevenção dos Resíduos Industriais (PNAPRI)
- Início da obra de confinamento dos resíduos do passivo ambiental de Estarreja
- Atribuição de financiamento às

Autarquias para a aplicação do Regulamento Legal sobre a Poluição Sonora

- Aprovação do novo regime legal para a prevenção e controlo das emissões atmosféricas
- Licenciamento das Entidades Gestoras dos sistemas Integrados de gestão das fileiras das pilhas e dos pneus
- Conclusão da rede nacional de monitorização da qualidade do ar
- Alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
- Retoma da elaboração dos planos de ordenamento das Áreas Protegidas
- Aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra / Cascais
- Lançamento do Programa



Finisterra

- Elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Elaboração do Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) de Trás-os-Montes e Alto Douro - **Lisboa. 6 de Abril de 2004**

## Ministério da Economia



- Elaboração do Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia.
- Elaboração do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) e PRIME Jovem.
- Constituição da Agência Portuguesa para o Investimento
- Criação do modelo de “Diplomacia Económica”
- Elaboração da Lei da

Concorrência e criação da Alta Autoridade para a Concorrência

- Início do processo de privatizações
- Início do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL)
- Reestruturação do sector energético
- Liberalização do Mercado de Electricidade em Portugal
- Privatização da Somincor, da Gescartão da Enatur e da Portucel
- Extinção da IPE
- Definição do Licenciamento Industrial

- Definição do Licenciamento Comercial
- Lançamento da iniciativa “Portugal 2010”- Eliminar as barreiras da produtividade
- Criação do Programa de Recuperação das Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD)
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo (PDT)
- Criação do Programa de Dinamização dos sectores Têxtil, Vestuário e do Calçado (Dinamo)
- Lançamento da iniciativa “Marcas Portuguesas”

## Ministério da Educação

- 1 - A qualificação das Aprendizagens e do Ambiente Escolar
  - Organização da revisão Curricular do Ensino Secundário
  - Definição da revisão do Ensino Profissional
  - Apresentação da Reforma do Ensino Recorrente
  - Apresentação da Reforma do Ensino Artístico
  - Alteração da revisão Curricular do Ensino Básico
  - Organização da reforma da Educação Especial e Apoio Sócio Educativo
  - Lançamento do Plano Nacional de



- Prevenção do Abandono Escolar
  - Lançamento do Programa “Ensino das TIC -1000 Salas de Aula”, de apetrechamento das escolas do 3º Ciclo e secundárias para o ensino e formação das Tecnologias de Informação e Conhecimento.
  - Lançamento do Programa Especial de Reordenamento da Rede Escolar do 1º Ciclo (PER EB1).
  - Criação do Sistema de Empréstimo de Longa Duração de Manuais Escolares
  - Apresentação do Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar - “Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a Década”
  - Criação do Estatuto do Aluno do Ensino não Superior,
- 2 - Organização do Sistema Educativo

- Aprovação da Proposta de Lei de Bases da Educação
- Publicação do novo Regime de Concursos e Recrutamento do Pessoal Docente da Educação.
- Publicação da Lei do Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior
- Regulamentação dos Conselhos Municipais de Educação
- Alteração da Formação Contínua dos Professores
- Revisão do Estatuto da Carreira do Pessoal não Docente
- Os exames nacionais foram adoptados como condições de acesso ao nível de ensino imediatamente superior (9º e 12º anos).
- Suspensão da 2ª Chamada dos Exames Nacionais do 12º Ano
- Suspensão das Pausas Escolares

## Ministério da Ciência e do Ensino Superior

Reestruturação orgânica dos serviços e organismos sob tutela, com aprovação das respectivas Leis orgânicas

- CIÊNCIA**
- Lançamento da Iniciativa Estratégica “Conhecimento e Inovação
- Aprovação da Proposta de Lei relativa ao Estatuto do Mecenato Científico;
- Revitalização do Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Aprovação, em conjunto com os Ministérios das Finanças e da Economia, do Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial – INOVAÇÃO;

- Acordos de Cooperação com Cabo Verde, Espanha e Moçambique,
- Aprovação do Regulamento de Bolsas de Doutoramento em Empresas;
- Participação na Missão “Jason-2”, para lançamento de um satélite de monitorização climática;
- Definição da nova política para a biotecnologia;

### ENSINO SUPERIOR

- Aprovação da Proposta de Lei de Bases da Educação;
- Aprovação da Proposta de Lei da Autonomia das Instituições de Ensino



- Superior;
- Aprovação da Proposta de Lei de Bases do Financiamento das Instituições de Ensino Superior;
- Aprovação do Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior;
- Aprovação do novo regime de acesso ao ensino superior;
- Ciclo básico de Medicina nos Açores e Madeira;
- Definição da Reforma do Sistema de Acção Social;
- Definição da Implementação do Processo de Bolonha;
- Criação do Conselho Consultivo do Ensino Superior.

## Ministério da Cultura



- Apoio da difusão da literatura portuguesa no mundo, nomeadamente, a realização das feiras do livro de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. E preparação das feiras do livro de Luanda e de Maputo
- Realização do Coimbra Capital Nacional de Cultura 2003
- Lançamento do concurso público para a selecção da equipa que elaborará o projecto do Museu do Côa e a sua nova localização
- Apoios mecenáticos relevantes para a cultura, nomeadamente o apoio da REN para o Teatro Nacional de S. João e da RAR para a Orquestra Nacional do Porto. E renovação dos apoios da EDP para a Companhia Nacional de Bailado, da PT para o Teatro Nacional de D. Maria II e do BCP para o Teatro Nacional de S. Carlos
- Preparação do lançamento do Portal da Cultura
- Elaboração da Proposta de Lei das Artes Cinematográficas e do Audiovisual
- Elaboração da Proposta de Lei-Quadro dos Museus
- Aprovação do novo estatuto orgânico do Teatro Nacional de D. Maria II
- Lançamento dos regulamentos de apoio à edição nas áreas do ensaio, da poesia, da dramaturgia, da ilustração, de revistas culturais e de estudos e cultura africanos
- Lançamento do grupo de trabalho interministerial com o Ministério da Educação para a aproximação da cultura às crianças e jovens em idade escolar
- Intensificação do ritmo de realização e abertura de novos equipamentos nas Redes Nacionais de Bibliotecas Públicas, de Arquivos Municipais e de Teatros e Cine-Teatros
- Descentralização da cultura, através do novo regime dos concursos para apoio às artes plásticas e do espectáculo
- Realização de exposições no Brasil e em Espanha. Realização da Bienal de Arte Contemporânea de Veneza, preparação da Bienal de São Paulo e da Bienal de Arquitectura de Veneza. Apoio das salas para exibição de cinema nas cinco capitais dos PALOP e aumento das co-produções com estes países através da assinatura de protocolos
- Alargamento da Rede Portuguesa de Museus
- Aprovação da aquisição da sede do Museu da Região do Douro e preparámos os estatutos da entidade que o vai gerir
- Inventário e digitalização dos bens do património arquitectónico português e atendimento público automatizado
- Conclusão das obras nos Centros de Interpretação de Sítios Arqueológicos de Miróbriga, Alcalar e Milreu e a 1ª fase da empreitada na antiga Sé Catedral da Cidade Velha em Cabo Verde. Continuação das grandes obras nos Mosteiros de Santa Clara-a-Velha, de Alcobaça, do Convento de Cristo, do Mosteiro de Tibães e de várias Sés Catedrais
- Conclusão das obras nos Museus de D. Diogo de Sousa e Grão-Vasco. E continuação dos projectos do Museu de Machado de Castro e de ampliação do Museu de Arqueologia e do arranque das obras dos Museus de Aveiro e de Évora

# Dois anos de Acção Governativa

## Ministério da Saúde

- Lançamento da Política do Medicamento, com a introdução dos genéricos, do preço de referência dos medicamentos e da receita única e receita renovável

- Aprovação da Nova Lei da Gestão Hospitalar e do Decreto-Lei de Execução e Regulamentação
- Aprovação do Decreto-Lei da Empresarialização de 31 Hospitais (Hospitais SA)
- Criação do Programa Especial de Combate às Listas de Espera Cirúrgicas - PECLEC



- Aprovação do Decreto-Lei sobre a reorganização dos Cuidados de Saúde Primários
- Aprovação do Decreto-Lei sobre os Cuidados de Saúde Continuados
- Aprovação do Decreto-Lei das Parcerias Público-Privado
- Criação da Entidade Reguladora de Saúde
- Lançamento do Plano Nacional de Saúde
- Reestruturação da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida
- Criação do Instituto da Droga e da Toxicodependência
- Revisão das Taxas Moderadoras

## Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Obras públicas  
Sector Rodoviário

- Execução de grandes Obras públicas. Em 2003 entraram ao serviço cerca de 211 km de novas infra-estruturas, das quais se destacam pelo seu significado estratégico e estruturante para o desenvolvimento sustentado das regiões, a conclusão da Via Longitudinal do Algarve (IC4) e o fecho da ligação por auto-estrada de Lisboa à Guarda, servindo Santarém e Castelo Branco (conjugação dos IP1, IP6 e IP2)

- Início de 16 novas empreitadas, equivalendo a uma extensão de 75 km, e lançamento de 22 novos concursos públicos para obras de construção, numa extensão de 103 km, dos quais se salienta o fecho do IC23 (Circular Regional Interior do Porto) e o fecho do IP7, o Eixo Norte-Sul, a aprovação ambiental do último lançamento da CRIL (IC17) e o lançamento de um concurso para a Concessão Grande Lisboa

- Envio à autoridade de avaliação de impacte ambiental 48 projectos, para Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, significando cerca de 680 km de extensão submetidos a rigorosos procedimentos, incluindo consultas às populações envolvidas

- Desenvolvimento de um Plano Integrado de Comunicação em Auto-Estradas, promovendo o EURO2004, através de sinalização de orientação

- Criação de um Sistema de Gestão de Obras de Arte, com a preocupação de conservar o actual parque de obras de arte

Sector Marítimo-Portuário

- Desenvolvimento do sector portuário em regime de concessão de serviço público. Foi concluída e inaugurada a 1.ª fase das obras do terminal XXI do Porto de Sines, estando em curso o concurso para a concessão da actividade da Silopor em Leixões

- Adjudicação do terminal multiusos do Porto de Setúbal em fase final e início dos trabalhos preparatórios para o lançamento do concurso da concessão do terminal Norte do Porto de Aveiro

- Desenvolvimento das Auto-estradas Marítimas do Atlântico e aposta no transporte marítimo de curta distância

- Reforço do empenhamento no âmbito da segurança marítima, traduzido na preocupação em transpor inúmeras directivas comunitárias

- Criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para efeitos de aplicação do "Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho Relativo ao Reforço da Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias" Sector da Aviação Civil

- Constituição da TAP, SGPS e início do processo de reprivatização da empresa, criando para o efeito a Sociedade Serviços Portugueses de Handling, S. A.

- Aprovação do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil, que adoptou medidas necessárias a garantir a protecção e segurança dos aeroportos e aeronaves e de todos quantos utilizam estas infra-estruturas de transporte

- Preparação do regime jurídico dos Aeródromos Secundários e da utilização de ultraleves

Transportes terrestres

- Criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto

- Definição do trajecto e

calendário de execução do Comboio de Alta Velocidade

- Reestruturação e saneamento financeiro das empresas do sector público dos transportes terrestres

- Aposta no desenvolvimento e na liberalização do sector ferroviário

- Preparação da reconversão das auto-estradas em regime SCUT

- Aposta nos sistemas de metropolitano. Para além do desenvolvimento do plano de expansão do Metropolitano de Lisboa, iniciou-se a construção do Metro do Sul do Tejo e impulsionou-se a construção e expansão do Metro Ligeiro do Porto

Habitação

- Preparação do novo Regime do Arrendamento Urbano, mais justo, equilibrado e flexível

- Preparação da revisão do Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas e do Regulamento Geral das Edificações Urbanas

- Criação das Sociedades de Reabilitação Urbana, para combater a urgência em inverter a tendência para a degradação do património edificado nacional

- Criação do PROHABITA - Programa de Financiamento para



Acesso à Habitação - que irá regular a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional

- Lançamento do Programa Especial de Realojamento

- Transferência do Património do IGAPHE para os Municípios

- Permissão do acesso das Regiões Autónomas aos Apoios à Habitação Social

- Publicação de "O Sector da Habitação no Ano de 2003", um documento de trabalho fundamental que tem como objectivo dar a conhecer de uma forma sintética, um conjunto de informação sobre o sector da habitação em Portugal

## Ministério da Segurança Social e Trabalho



- Novo Código do Trabalho

- Aprovação da nova Lei de Bases da Segurança Social

- Criação do Rendimento Social de Inserção

- Novo regime de abono de família

- Revisão do regime jurídico do subsídio de doença

- Lançamento do Programa de Emprego e Protecção Social

- Execução de três Planos de Intervenção Regional no âmbito do emprego e formação

- Aprovação de portarias que dinamizaram as Iniciativas Locais de Emprego

- Criação de medidas de apoio à maternidade

- Aprovação de um diploma que regula o cruzamento de dados / Base de dados da Segurança Social

- Criação do Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa

- Criação do cargo de Coordenador Nacional para os Assuntos da Família

- Reorganização das estruturas orgânicas da Segurança Social

- Preparação do Programa Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)

- Revisão do Plano Nacional de Emprego (PNE)

- Desenvolvimento de um novo sistema de jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

### Agricultura, Desenvolvimento Rural e Florestas

- Definição da revisão da Política Agrícola Comum

- Reorientação do Programa de Desenvolvimento Rural (Ruris). Criação de novas medidas no âmbito das Medidas Agro-Ambientais e alargamento dos níveis de apoio aos pequenos agricultores

- Garantia de execução dos programas de apoio co-financiados por fundos comunitários

- Preparação do processo de avaliação intercalar do Programa AGRO

- Revisão dos conteúdos dos principais programas estruturais

- Nomeação de uma administração conjunta do INGA e do IFADAP, com vista à sua fusão a curto prazo

- Reprogramação do plano financeiro para o Alqueva.

- Reforço de vários apoios aos jovens agricultores e preparação de um conjunto de medidas para o rejuvenescimento empresarial da actividade agrícola

- Aumento das indemnizações compensatórias nas regiões desfavorecidas e de montanha beneficiando cerca de 120.000 agricultores

- Reforma institucional e do enquadramento legislativo do sector vitivinícola em fase de conclusão; conclusão da revisão da Lei-quadro da organização institucional do Sector Vinícola; conclusão do estabelecimento de um Regime de Infracções Vitivinícolas; reestruturação do Instituto da Vinha e do Vinho; execução da reforma institucional da Região Demarcada do Douro e do plano de viabilização financeira da Casa do Douro; reabertura do Plano Nacional de Reconversão e Reestruturação da Vinha - VITIS, para as regiões das Beiras, Estremadura e Ribatejo

- Finalização do Plano para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica

- Regulação, criação de normas e estabelecimento de sistemas que alinhem actividades do sector com directrizes da UE.

- Criação do plano de controlo e erradicação de doença de Aujeszky.

- Adopção de medidas destinadas a alargar aos ovinos e caprinos as medidas de erradicação das encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET).

- Criação de um sistema centralizado de controlo da

qualidade do leite e dos produtos à base do leite.

- Reforço do sistema de rotulagem de carne de bovino, desde os estabelecimentos de abate, inclusive, até ao consumidor final.

- Medidas relativas à eliminação das cerca de 122 mil toneladas de farinhas de carne e osso armazenadas.

- Medidas destinadas a superar as enormes detectadas em praticamente todos os Postos de Inspeção Fronteiriços aprovados

- Criação do Sistema de Recolha de Cadáveres (SIRCA) com o objectivo de assegurar a notificação por parte dos criadores, a recolha, o transporte, a transformação e a destruição de todos os animais mortos nas explorações

- Revisão do Sistema Nacional de Identificação e Registo dos bovinos e criação de um sistema idêntico para os suínos.

- Estabelecimento de um sistema que transfere para os operadores económicos a responsabilidade pela recolha, transporte, transformação e destruição dos subprodutos das carnes de mamíferos e aves

- Reorganização e reestruturação de toda a área da segurança alimentar e da sanidade animal.

- Início da actividade do Laboratório de Resíduos de Pesticidas

- Criação da Secretaria de Estado das Florestas

- Aprovação da criação da Direcção Geral dos Recursos Florestais

- Criação do Fundo Florestal Permanente

- Aprovação do Programa de Acção para o Sector Florestal - PASF

- Criação da Célula de Emergência e da Missão de Parques de Salvados, para acudir à situação pós fogo

- Simplificação dos sistemas de incentivos ao sector florestal

- Desenvolvimento da estrutura de Missão que cria a Comissão Nacional de Reflorestação e as respectivas Comissões Regionais do Algarve, do Alentejo, do Ribatejo Oeste e da Beira Interior.

- Aprovação da criação da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais

- Planeamento de um programa de intervenções de prevenção, em Matas Nacionais e Perímetros Florestais

- Elaboração dos Planos

### Regionais de Ordenamento Florestal

- Planeamento de um programa de intervenções de melhoria e alargamento da Rede Nacional de Postos de Vigia

- Lançamento do Programa de Protecção Subericola

- Revisão da Política Comum de Pescas.

- Criação de condições e incentivos financeiros que permitam tornar mais competitivo o sector das pescas

- Regulamentação da concessão de adiantamentos das ajudas comunitárias e redução do montante respeitante ao último pagamento dessas ajudas de 20 % para 10 %

- Suspensão do abate de embarcações de pesca.

- Adopção de novas medidas de gestão dos recursos, nomeadamente as dirigidas aos bivalves, aos crustáceos e à sardinha

- Apoio das comunidades piscatórias através da comparticipação em pequenos projectos de investimento na frota de pesca

- Apoio da divulgação e promoção dos produtos da pesca e da respectiva melhoria da qualidade e valorização, como vertentes importantes do rendimento da actividade

- Apoio do desenvolvimento da actividade aquícola e da salicultura

- Alargamento dos apoios financeiros ao investimento em novas áreas no âmbito dos apoios comunitários regionais, nomeadamente aos equipamentos de portos de pesca e à promoção e prospecção de novos mercados

- Adopção de um conjunto de medidas tendentes a agilizar todo o processo de acesso às ajudas comunitárias face à baixa execução dos Programas MARE e MARIS

- Definição de novos critérios de prioridade para os projectos de construção de embarcações no âmbito do Programa MARE privilegiando os segmentos da frota menos renovados.

- Revisão do regime de rastreabilidade e de controlo das exigências de informação ao consumidor a que estão sujeitos os produtos da pesca e da aquíicultura.

- Reestruturação dos organismos do sector através da integração da Inspeção-Geral das Pescas (IGP) na Direcção Geral das Pescas e



Aquicultura (DGPA) bem como da fusão do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar e do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA)

- Acompanhamento da situação causada pelo naufrágio do navio "Prestige".

- Negociação do Acordo Portugal-Espanha relativo às condições de mútuo acesso às águas ocidentais sob soberania ou jurisdição de Portugal e de Espanha

- Definição de um plano de fiscalização do Acordo Portugal-Espanha, coordenado pela Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, envolvendo a articulação com meios da Marinha, Força Aérea e Brigada Fiscal

- Controlo da qualidade do pescado congelado.

- Lançamento das bases para a criação de uma organização interprofissional no sector da pesca

- Alargamento das possibilidades de pesca em águas internacionais, nomeadamente na Gronelândia e nas Ilhas Faroé, onde a frota portuguesa acederá pela primeira vez desde a adesão de Portugal à União Europeia

## Dirigentes da JSD em Compostela Representam CPN em encontro internacional

De 21 a 25 de Março em Santiago de Compostela decorreu um encontro de trabalho do EDS subordinado ao tema “Políticas Ambientais Europeias”, com a participação de cerca de 25 activistas de diversas organizações internacionais.

As sessões serviram sobretudo para aprendizagem, análise e trocas de experiências sobre a actividade que está a ser exercida pelos vários Governos da Europa e pela UE.

Sobre o tema em apreço, os participantes tiveram oportunidade de escutar as opiniões de técnicos especializados, bem como de dirigentes e governantes locais e regionais de Espanha.

Do programa constaram visitas com debate ao Parlamento da Galiza e à Universidade de Santiago de Compostela.

Um dos intervenientes nesta acção de formação foi o fundador do PP Espanhol e Presidente do Governo Regional da Galiza, Fraga Iribarne.

Representaram a Comissão Política Nacional da JSD o Vice-Presidente Hélder Santos e a Vogal Ana Janine, igualmente Vice-Presidente do EDS, em nome da JSD.

Os dois dirigentes tiveram a oportunidade de levar aos dirigentes das Nuevas Generaciones um abraço fraterno de condolências pelos acontecimentos de 11 de Março, renovando um pesar já anteriormente transmitido pelo Presidente da JSD, Jorge Nuno Sá.



## Encontro dos militantes da JSD em Viseu

O Presidente da Comissão Política de Secção da JSD/Viseu, Pedro Ruas, foi o convidado de um jantar de militantes da JSD/Ranhados, freguesia do daquele concelho.

O evento teve lugar no passado dia 8 de Abril, servindo para analisar a situação da freguesia e preparar um plano de actividades que culminará em várias acções, nomeadamente, na elaboração de um caderno de propostas a apresentar numa reunião com a Junta de Freguesia.

Depois do repasto, a iniciativa prosseguiu com um festa entre os participantes, num animado Karaoke.

Os militantes da JSD/Ranhados convidam a visita ao seu blog: [jsdranhados.motime.com](http://jsdranhados.motime.com)

## JSD recebe Seminário do EDS

A JSD volta a receber nova actividade de uma organização internacional de que é membro. Desta feita trata-se do Seminário e Council Meeting dos Estudantes Democratas Europeus, estrutura na qual assumimos uma vice-presidência, na pessoa da Vogal da CPN, Ana Janine.

A abertura do encontro será a 21 do presente mês, decorrendo até dia 24, com conferências e debate multitemáticos.

Do programa salientamos os seguintes oradores: Teresa Patrício Gouveia, MNE; José Eduardo Martins, Secretário de Estado do Ambiente; Rui Rio, Presidente da CM Porto; Vasco Graça Moura, Eurodeputado; Marco António Costa, Presidente do PSD/Porto, Rui Moreira, Presidente da Associação Comercial do Porto e Antonio Lopez Isturiz, Secretário Geral do Partido Popular Europeu.

As sessões de trabalho terão lugar sobretudo no Porto, estando previstas deslocações a Guimarães e a Viana do Castelo.

Brevemente daremos conta do programa integral de mais esta iniciativa abraçada pela Comissão Política Nacional da JSD de ser anfitriã de eventos internacionais.

JSD Amadora Lança Comunicado:

## “Política de Juventude da Amadora: Crime e Castigo”

«Depois de quase duas décadas de “desenvolvimento comunista”, em que as obras de arte de betão, imagem de marca da Amadora, satisfaziam todas as necessidades de uma população sem hipóteses de escolha, chegou a hora de um novo modelo de desenvolvimento, modelo esse personalizado no homo socialistus.», começa assim este comunicado da Comissão Política da JSD/Amadora, que pretende chamar a atenção para a inexistente vertente jovem na acção da autarquia.

Passadas mais de duas décadas desde a elevação da Amadora a Município é triste verificar que os horizontes para os jovens de hoje são praticamente os mesmos que os horizontes daquela juventude que em Setembro de 1979 sonhou com um futuro melhor, refere o texto da CPS.

Os dirigentes da JSD/Amadora insurgem-se contra a falta de biblioteca municipal, má política de habitação, más condições de estudo para estudantes, deficiente política cultural, ausência de estruturas especializadas de apoio aos jovens e nulidade no apoio municipal ao Associativismo Juvenil.

Um dos exemplos de pouco apreço pela juventude apontados no comunicado é claramente o silêncio do pelouro no tocante a programação institucional para as comemorações do Mês da Juventude: “na Amadora, com este executivo socialista, não se comemora nem o mês, nem a semana, nem sequer o próprio dia da Juventude!”

No final, a JSD deixa um sério aviso: urge mudar esta falta de visão, esta falta de confiança no futuro. Sem os Jovens a Amadora perecerá lentamente e não passará de apenas mais um aglomerado suburbano.

O comunicado na íntegra poderá ser consultado em [www.jsd.pt](http://www.jsd.pt), secção “documentos”.



## Eleição de Delegados dos TSD ao XXV Congresso Nacional do PSD Distrital TSD/AML

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD e do Regulamento Eleitoral do XXV Congresso Nacional do PSD convocam-se todos os Trabalhadores Social Democratas de Lisboa da AML, militantes do PSD a reunirem em Assembleia Eleitoral no próximo dia 16 de Abril de 2004 (sexta-feira), entre as 19H00 e as 23H00 horas com a seguinte:

### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Delegados (4) dos TSD/PSD (AML) ao XXV Congresso Nacional do PSD

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede dos TSD (AML) Rua da Junqueira, n.º 209, até às 24H00 do dia 15 de Abril de 2004 (quinta-feira).

As urnas estarão abertas entre as 19H00 e as 23H00, nas Secções Residenciais a saber:

**Secção A:** Rua República da Bolívia, 53-1º Esq. 1500 Lisboa;

**Secções B,D,E,F e I** na Sede Distrital, na Rua da Junqueira, 209 em Lisboa;

**Secção G,** na Rua do Lumiar, 65-A 1300 Lisboa;

**Secções H e Oriental,** na Rua Manuel dos Santos, Lt 21 A S/cave 1900 Lisboa;

**Secção da Amadora,** na Sede da Secção da Amadora na Rua 11 de Setembro 4 C 2700 Amadora;

**Secções de Cascais, Algés e Oeiras,** na Sede da Secção de Algés, Av. Carolina Michaelis Lt 72 2795-053 Linda-a-Velha;

**Secções de Algueirão, Cacém, Pêro Pinheiro, Queluz, Rio de Mouro e Sintra** na Sede da Secção do Cacém, na Avenida dos Bons Amigos, 37 1º C 2735 Cacém;

**Secção de Mafra,** na Rua do Arvoredo, 2665 Ericeira;

**Secção de Loures,** Sede de Secção de Loures, Parque Residencial do Almirante Lt 15 Loja 4 2660-204 Stº . António dos Cavaleiros;

**Secção de Moscavide,** na Sede de Secção de Moscavide, na Rua Maria do Rosário Patacão 4 - r/c Dtº. 1885 Lisboa;

**Secção de Odivelas,** na Sede da Secção de Odivelas, Rua Roque Gameiro n.º 11 Cave Dtº. 2675 Odivelas;

**Secção de Vila Franca de Xira e Azambuja,** R. da República, n.º 47 1º Dtº. 2625 Póvoa de Stª Iria.

Nota: Os militantes deverão identificar-se no acto da votação, sendo condição imperativa que tenham as quotas pagas até 08/04/04.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/BRAGA

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 07 de Maio, sexta-feira, entre as 18H00 e as 20H30, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na R. Stª. Margarida n.º 2 A-2 Sala 8 com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único : Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 30 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/BRAGANÇA

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 07 de Maio, sexta-feira, entre as 20H30 e as 23H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita a Praça da Sé n.º16, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 30 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/CASTELO BRANCO

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 10 de Maio, segunda-feira, entre as 18H00 e as 22H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na R. do Pina n.º 6, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 03 de Maio, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/PORTALEGRE

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 06 de Maio, quinta-feira, entre as 18H00 e as 20H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita no Largo 28 de Janeiro n.º 10, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 29 de Abril, na Sede

Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/SANTARÉM

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 07 de Maio, sexta-feira, entre as 19H00 e as 21H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Calçada de Mem Ramires n.º 10 1º, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 30 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/VISEU

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 10 de Maio, segunda-feira, entre as 21H00 e as 23H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita no Rossio n.º 14 1º, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 03 de Maio, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/LISBOA A/O

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 06 de Maio, quinta-feira, entre as 20H00 e as 24H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na R. 9 de Abril 1- 3º, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 29 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/AVEIRO

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 03 de Maio, segunda-feira, entre as 18H00 e as 22H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Urbanização Glicineas n.º 5 B Loja 2, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 26 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS

## DOS TSD/LEIRIA

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 13 de Maio, quinta-feira, entre as 19H00 e as 21H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Av. Dr. José Jardim n.º 32, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

### Ponto Único

Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 06 de Maio, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/VILA REAL

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 14 de Maio, sexta-feira, entre as 21H00 e as 23H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na R. da Boavista n.º 11, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 07 de Maio, na Sede Nacional dos TSD.

## ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/SETÚBAL

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 14 de Maio, sexta-feira, entre as 18H00 e as 21H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga n.º 16 3º Esq., com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

NOTA: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 07 de Maio, na Sede Nacional dos TSD.



## CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 23 de Abril ( sexta-feira ) pelas 21h00, no Auditório da Sede Nacional do PPD/PSD, sita na Rua de São Caetano, n.º 99, em Lisboa, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do Regulamento do Conselho Distrital de Lisboa da JSD;
2. Análise da situação política



O primeiro-ministro, Durão Barroso, considerou que a saída de Portugal da “lista negra” de países com défice público excessivo significou uma “medalha de prata”, prevendo que a seguir o país alcançará a “medalha de ouro com o levantamento definitivo do processo e a possibilidade do país continuar a crescer”,

O chefe do Governo falava durante uma homenagem à selecção nacional de rãguebi, que venceu o campeonato da Europa-B e à atleta Naide Gomes, que se sagrou campeã do mundo do pentatlo, nos últimos mundiais de pista coberta e foi condecorada, na ocasião, com a Medalha de Mérito Desportivo.

Dirigindo-se aos atletas, Durão Barroso apelou à “necessidade do país se unir em torno daquilo que tem de melhor”, apontando não só os casos do rãguebi e atletismo, mas também do hóquei em patins, da vela e dos paraolímpicos. “É preciso acabar com o complexo de inferioridade que tantas vezes nos caracterizava”, disse.

Além de Durão Barroso, que recordou a sua passagem pela equipa de rãguebi do Almada na juventude, a sessão de homenagem contou com a presença dos ministros Adjunto, José Luís Arnaut, Obras Públicas, Carmona Rodrigues, e dos secretários de Estado do Desporto, Herminio Loureiro, e Adjunto do primeiro-ministro, José Arantes. – Fotos : Lusa, António Cotrim



O Presidente da República da Croácia, Stjepan Mesic, esteve em visita oficial a Portugal, tendo sido recebido pelo Primeiro-Ministro, Durão Barroso, na residência oficial, em São Bento.

A Croácia é um dos países que resultaram da separação da antiga Jugoslávia e durante anos, sob Tito, constituiu uma das regiões daquela país, em conjunto com a Sérvia, de que se separou, para criar duas entidades independentes.

– Fonte e fotos: Lusa, Inácio Rosa

O Presidente Vaclav Klaus, da República Checa e o Presidente da Câmara de Praga, Pavel Bem, na sua recente visita a Portugal, acompanhados pelo Presidente da Câmara de Lisboa, na inauguração da nova rua de Praga, na nossa capital.

Foto: Lusa, João Relvas

